



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 2ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 03 de fevereiro de 2015, com início às quatorze horas e quarenta e sete minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o senhor Presidente deu por aberta a sessão e solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Emenda 1 ao Projeto de lei nº 154/2014. Emenda 1 ao Projeto de resolução nº 16/2014. Projeto de lei nº 1/2015. Projeto de lei nº 2/2015. Projeto de lei nº 3/2015. Projeto de lei nº 4/2015. Projeto de lei nº 159/2014. Ofício de gabinete nº 566/2014 do executivo municipal, informando veto parcial ao Projeto de lei nº 134/2014. Ofício de gabinete nº 564/2014 do executivo municipal, informando veto total ao Projeto de lei nº 089/201. Ofício gabinete nº 560/2014 do executivo municipal, informando veto total ao Projeto de lei nº 132/2014. Ofício gabinete nº 139/2014 do executivo municipal, informando veto total ao Projeto de lei nº 139/2014. Parecer nº 738 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei 158/2014. Parecer favorável nº 1/2015 da Comissão de Trabalho e Legislação Social à emenda 1 ao Projeto de lei 154/2014. Parecer favorável nº 2/2015 da Comissão de Trabalho e Legislação Social à emenda 1 do Projeto de resolução nº 16/2014. Parecer favorável nº 3/2015 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à emenda 1 ao Projeto de lei nº 154/2014. Parecer favorável nº 4/2015 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à emenda nº 1 ao Projeto de resolução nº 16/2014. Parecer favorável nº 5/2015 da Comissão de Justiça e Redação à emenda 1 ao Projeto de resolução nº 16/2014. Parecer favorável nº 6 da Comissão de Justiça e Redação à emenda 1 ao Projeto de lei 154/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 2/2015, em resposta ao Requerimento 309/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 3/2015, em resposta ao Requerimento 310/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 4/2015, em resposta ao Requerimento 314/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 5/2015, em resposta ao Requerimento 316/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 6/2015, em resposta ao Requerimento 311/2014. Ofício SEAJUR/ATL nº 1/2015, em resposta ao Requerimento 305/2014. Ofício nº 1173/14/DG da Secretaria de Estado da Justiça, em resposta ao requerimento 222/2014. Ofício nº 5362/14/CEA da Assembleia Legislativa, referente voto de louvor pelo aniversário do município de Cascavel. Ofício nº 372/2014/ERM da Assembleia Legislativa, referente a voto de congratulações pelo aniversário do município de Cascavel. Ofício nº 025/2015 GAB/SUP do Ministério da Justiça, referente à moção 07/2014. Ofício nº 5766/14/CEA da Assembleia Legislativa, referente voto de congratulações pelo aniversário do município de Cascavel. Ofício nº 1/2015-CTR, referente à constituição da Comissão de Justiça e Redação. Ofício SEAJUR/ATL 9/2015, em resposta ao requerimento 287/2014. Ofício SEAJUR/ATL



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

7/2015, em resposta ao requerimento 312/2014. Requerimentos nº 1 ao nº 4. Indicações nº 1 ao nº 36/2015. Ofício nº 01/2015 da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, referente à composição desta comissão. Inscritos para o grande expediente os vereadores: João Paulo de Lima, Paulo Porto, Professor Paulino e Luiz Frare – Presidente: Finalizada assim a leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Presidente: Eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para inclusão ou destaque para a ordem do dia. Em não havendo solicitação passo a oportunidade ao autor do requerimento 01/2015, vereador João Paulo, requerimento esse que requer voto de louvor e congratulações à TV Tarobá pelos seus 36 anos de existência na forma que especifica. Vereador autor do requerimento tem a palavra. – Vereador João Paulo: Senhor presidente, senhores vereadores, comunidade, imprensa. Pela primeira vez em 2015, usando essa tribuna estamos homenageando um dos canais de comunicação da cidade de Cascavel que é a TV Tarobá, que completou seus 36 anos de existência. Farei uma breve justificativa da homenagem à TV Tarobá. O nome Tarobá vem de uma lenda regional, por isso não deixa de ser a representação dos valores da terra, da história e da gente do Paraná. História que motivou o nome daquela que se tornaria a maior TV do interior do Brasil. O ano era 1979... O Brasil vivia um longo período sob o comando de militares. Um grupo de empreendedores paranaenses decidiu que Cascavel, cidade distante dos grandes centros brasileiros, tinha potencial para abrigar uma emissora de televisão e comunicação. Em Londrina encontrou os parceiros que precisava para levar o audacioso projeto adiante, o jornalista João Milanez. Entre eles o então prefeito de Cascavel, Jacy Scanagatta. Os equipamentos foram importados da Alemanha, os melhores da época. A equipe de profissionais foi escolhida a dedo, com gente da cidade e de outros estados do país. Enfim, chegou o dia: 1º de fevereiro, a primeira transmissão ao vivo de Cascavel, pequena cidade do interior do Paraná, para todo o Brasil, através da Rede Bandeirantes de Comunicação conhecida desde a criação como a mais ousada afiliada da Rede Bandeirantes, cobrindo uma área onde vivem 4 milhões de pessoas no Paraná, além de partes de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Desde sua criação até os dias de hoje, vem se consolidando com 18 programas no ar, mais de 200 horas de programação por mês; notícias passadas em primeira mão e em tempo real com as transmissões ao vivo. Parceria de responsabilidade social que vai além do espaço aberto na programação até eventos beneficentes em parceria com a Rede Muffato, exército brasileiro e inúmeros voluntários com a causa que arrecada em um único dia, toneladas de alimentos, roupas e calçados para instituições e famílias carentes de nossa cidade e região. Tudo isso chega aos municípios do Paraná, através de uma rede de transmissão composta por 70 pontos de recepção e distribuição de 42 deles. por engenheiros e técnicos da Tarobá. Pra comemorar os 36 anos de atuação e sucesso na área de comunicação, contemplamos então, a TV Tarobá com essa homenagem de votos de louvor e congratulações. E hoje, representando o grupo Muffato, a TV Tarobá, juntamente com a diretoria e seus colaboradores está aqui, o apresentador da TV Tarobá, o Edson Moraes.



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Era o que tinha, presidente. Obrigado. – Presidente: Passo a fazer a leitura do voto de congratulações: *O vereador João Paulo, em conformidade com o artigo 121, III do regimento interno requerem, depois de cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado nos anais legislativos, voto de louvor e congratulações à TV Tarobá pelos relevantes trabalhos prestados por toda sua equipe ao longo de 36 anos e pela sua importante atuação na área de comunicação, levando o nome da nossa cidade por todo estado do Paraná, rompendo fronteiras, alcançando outros estados e países vizinhos. Cascavel, 3 de fevereiro de 2015.* Assinado por essa presidência e pelo vereador proponente do requerimento. Convido agora, o senhor Edson Moraes pra receber a devida honraria. Convido a todos os senhores vereadores para estarem aqui na frente do Plenário. Convido pra fazer uso da palavra em nome da TV Tarobá, o senhor Edson Moraes. (O Senhor Edson Moraes fez uso da palavra, quando então agradeceu a homenagem em nome do Grupo Muffato) – Presidente: Agradecemos sua participação, Edson Moraes e leve dessa Casa nosso abraço fraterno à TV Tarobá e toda sua equipe de colaboradores. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Damos início à ordem do dia. Temos a ata da 87ª, 88ª, 89ª sessões ordinárias e 3ª e 4ª sessões extraordinárias, realizadas nos dias 15, 18, 22, 26 e 27/12/2014. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão. Atas aprovadas. Deliberação ao substitutivo nº 1/2014 ao Projeto de lei nº 5/2014, referido substitutivo recebeu parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação, parecer esse posto neste momento em deliberação. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo Quintino: Quero apenas pedir aos senhores vereadores, dada a importância do projeto, o clamor popular que existe em volta desse tema; todos os senhores tiveram a oportunidade de observar bem o projeto e ver que nele existe a constitucionalidade e a legalidade do projeto. Quero pedir aos senhores apenas pra não polemizarmos mais e entrarmos devidamente na discussão do projeto, quero pedir voto contrário ao parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Há possibilidade da Comissão que deu voto contrário nos apresentar qual foi o motivo? – Presidente: Não havendo obrigação regimental de explicação por parte da Comissão, vereador, pode continuar seu pronunciamento. – Vereador Celso Dal Molin: Eles são contrários, mas quero ressaltar a importância de que uma lei seja feita, devido ao incômodo da população com o excesso de barulho. Quero até citar aqui, 3 senhoras que estão presentes aqui, a Dona Helena, Elza e Maria, uma moradora do Padovani e duas do Jardim da Amizade, onde estão entrando numa luta todos os dias com a população, devido à situação que está acontecendo em seus bairros. Nós precisamos tomar providências, fazer alguma coisa, porque não podemos deixar mulheres, mães que estão lutando sozinhas contra o que está acontecendo nos bairros da cidade. Então, vamos em seguida, sentar, conversar para que possamos fazer alguma coisa, devido a esse assunto que está acontecendo na nossa cidade. Obrigado. – Presidente: Não havendo mais discussão, passo pra votação o parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação ao substitutivo 01/2014 ao Projeto de lei nº 105/2014; proceda a votação



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Luiz Frare, Pedro Martendal, Rui Capelão) (Foi contrário o vereador: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, Marcos Rios, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Nei H. Haveroth, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Paulo Porto, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) – Secretário: Com 17 votos contrários e 3 favoráveis; parecer contrário derrubado. – Presidente: Com 17 votos contrários e 3 favoráveis parecer prejudicado. Dessa maneira passamos à discussão do substitutivo 01/2014 ao Projeto de lei nº 105/2014, substitutivo esse, de autoria do vereador Romulo Quintino. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor presente, nobres colegas, plateia, cumprimentar o Paulino, companheiro de luta. Falando sobre o projeto, eu sempre digo o seguinte: vocês jamais vão me ver votando contra liberdade e provavelmente aumento de impostos. Vou votar a favor desse projeto, porque se eu tenho liberdade de usar o som, eu também tenho o limite desse som. Então a minha liberdade, eu sempre votei a favor, acho que a liberdade, todas as vezes que votaram aqui pra proibir, tomar cerveja no corredor sempre votei contra. Vejo assim que essa barbaridade que aconteceu na França foi o quê? Não é o direito da imprensa, a imprensa é muito boa, mas talvez foi o quê? Aqueles senhores que faleceram não tiveram limites. O limite de fazer exposições contra Maomé. Provocaram e não tiveram limite, se tivessem talvez não acontecia aquilo. Quando é um som normal que dá pra ouvir, que não está incomodando o direito dos outros, ele é bem vindo. A partir do momento que ele ultrapassa essas barreiras, ele deve ser reprimido e nada mais justo que limitar, através de multa ou pena neste sentido. Por isso vou votar a favor. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo Quintino: Senhor presidente, senhores vereadores, assistência, imprensa aqui presente, mais uma vez nosso cumprimento. Fazer também, um cumprimento especial à dona Maria, dona Elza e dona Helena. Eu quero nesta oportunidade, por ocasião da discussão do projeto de lei ou do substitutivo ao Projeto de lei nº 105/2014, tecer alguns comentários sobre o grau de problemas sociais que estamos enfrentando na nossa cidade. Mas antes disso fala sobre a constituição e formação desse projeto. Desde o início do nosso mandato, em 2013, temos trabalhado algumas questões pontuais. Trabalhado com muito afinco, cuidado, por se tratar de interesse público e sendo assim de extrema seriedade. Dizer que esse projeto é fruto de 20 meses de estudo da nossa equipe, tivemos aqui nesta Casa, acompanhada pela grande maioria dos senhores vereadores uma audiência pública; onde compareceu a promotoria, na pessoa da Dra Andrea Frias, compareceu a Polícia Militar, Capitão Cícero, compareceu a Cettrans, compareceu a Secretaria de Meio ambiente, na pessoa do secretário Paulo Carlesso, enfim todos os órgãos competentes e inerentes à área estiveram aqui, pra uma das grandes audiências públicas que tivemos nesta legislatura, para tratar de um tema de tamanha relevância que precisava realmente de um posicionamento talvez mais firme, efetivo; porque leis existem muitas, mas infelizmente a maioria cai na impossibilidade de sua execução e a



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

comunidade continua sofrendo. Esse projeto é fruto de 20 meses de estudo e de audiência pública e, tem na sua base uma justificativa muito maior, que é o clamor popular. Temos algumas situações de pessoas que nos procuram sempre, desde que começamos a trabalhar nesta causa, pra buscar uma solução efetiva pra o problema, temos buscado pessoas que sofrem com a depressão. Nós temos na nossa cidade uma cidade universitária e, por ser uma cidade universitária ela tem uma característica que a distingue da grande maioria dos municípios do Paraná, que é de ter um grande número de alunos que vem de todo estado. Então, temos alunos nas faculdades e vai se espalhando uma cultura negativa no que diz respeito ao excesso de som, principalmente em residências. Alunos que começam suas festas, sexta-feira às 5 horas da tarde, atravessam toda noite, sábado e vai parar no domingo de tarde a festa em suas casas; todo o entorno das residências são obrigados a ouvir esses exageros que acontecem. É um problema que o município de Cascavel, já é hora de corrigir. Tivemos pessoas que nos procuraram, falando do extremo do desejo de se mudar de Cascavel, pela falta de uma ação efetiva do poder público pra resolver a situação. Na audiência pública que tivemos aqui, tivemos 2 encaminhamentos principais, naquele momento. O primeiro, diz respeito ao excesso somente em automóveis e naquele momento sentada aqui a Promotora, em acordo com a Polícia Militar, que no caso em que o policial ver que está em excesso ele pode imediatamente recolher aquele carro pra o pátio e acabar com o problema daquele veículo. Neste quesito do som automotivo, nós damos aí graças a Deus e à efetividade da promotoria. Tivemos uma sensível melhora, a PM tem feito seu papel, orientado, recolhido, não só multar, mas orientar; mas no que diz respeito ao som residencial é onde reside o grande problema. Naquele momento aqui, ficou o encaminhamento de que a residência onde houver excesso de som, e é isso que acontece na prática, o vizinho chama a PM, quando consegue ir, porque o efetivo é pequeno. A PM vai até o local e orienta o morador e ele abaixa o volume, quando a PM sai do local, as pessoas aumentam o volume onde surge o gargalo da situação. Pra PM voltar novamente naquela residência que ela já foi, o encaminhamento que foi dado aqui naquela audiência pública é de que o vizinho precisa representar contra o vizinho, que está com excesso de som e é aí que está o problema. Temos aqui o caso de pessoas que chegaram ao extremo de se indispor com o vizinho por causa desse problema. Tivemos um caso no Tarumã, em que o vizinho falou sexta-feira, sábado durante o dia, sábado durante a noite e domingo ele não aguentou mais, foi lá e deu um tiro no vizinho. Problema sério da nossa cidade; e é aí que queremos corrigir. Nossa proposta é que, essa necessidade de representação, claro que ela ainda pode acontecer; nós estamos buscando uma ferramenta efetiva pra resolver o problema, através dessa lei. A sistematização de que a Secretaria do Meio Ambiente vai até a residência após receber a denúncia. A Secretaria de Meio Ambiente com esta lei, concorre aqui em parceria com a PM, com a Cettrans e órgãos competentes que forem necessários, vai até o local e dá uma notificação para o local, onde está tendo o excesso de som, é apenas uma notificação. A pessoa está sendo notificada que o decibelímetro apontou o excesso e, que ela está orientada a baixar o



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

volume. Nesta notificação ela estará orientada a baixar o volume, nesta notificação, lógico, ela estará avisada de antemão que caso continue o problema aí sim, ela será multada, ou seja, ela só será multada se desejar ser multada. Nossa proposta no projeto de lei é que, essa multa vá pra o cadastro de pessoas físicas do indivíduo e daí sim, após ser notificada e ser avisada dela, e a meu ver desejar ser multada, aí sim, ela será multada e ficará com sua inscrição na dívida ativa no município. Quando ela tiver necessidade de fazer algum trâmite na prefeitura, aí sim ela terá que regularizar a sua situação, junto ao órgão municipal. Essa é nossa proposta efetiva. A Secretaria de Meio Ambiente vai até o local, vai notificar e após a notificação a Secretaria de Meio Ambiente vai embora. Se sofrer nova denúncia aí sim, a Secretaria de Meio Ambiente retorna ao lugar, pra multar a pessoa que está transgredindo, não a lei, mas o sossego público que existe em torno daquela residência. Então esse é o avanço principal, o valor da multa proposta, de 50 UFM em torno de R\$ 1800,00. Uma multa pesada, alta, mas infelizmente acho que essa Casa precisa, junto ao poder público, tomar um posicionamento pra tentar, acho que é uma das maneiras mais efetivas de resolver o problema e realmente equacionar essa grande questão. Quero pedir voto favorável ao projeto. Estamos votando ele em primeira votação. Na próxima terça-feira a segunda votação e aí sim, a nossa Casa de Leis fez o seu papel e devemos trabalhar com o executivo pra que sancione a lei. E um terceiro passo, notadamente a necessidade da Secretaria de Meio Ambiente prover mais fiscais, pra estar não cuidando apenas dessa situação do excesso de som, como das outras que tem; então quero aqui, com muita preocupação, responsabilidade, mas também levando em consideração as pessoas de Cascavel, a pessoa estabelecida, pra que ela possa ter o seu sossego merecido. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Primeiramente, quero parabenizar o vereador Romulo Quintino em colocar esse projeto em apreciação, com tema tão relevante e merecedor de uma atenção especial por essa Casa. E em segundo ponto, colocar a respeito do parecer contrário, embora superado. Quando o parecer veio dizendo que existem outras leis que falam do assunto, é importante dizer que cada município também organizar o seu espaço é sua competência e colocar algumas regras especiais, sem ferir outras leis que sejam superiores; tem todo meu apoio. Acompanhei a audiência pública que teve nesta Casa, na condição de presidente da Comissão de Segurança e Trânsito; vereador Jorge Bocasanta e Walmir Severgnini; assumi um compromisso junto a essa Casa, pra que os órgãos de segurança pública, os órgãos públicos que têm o dever de fiscalizar cumpram esse projeto de lei; porque não é possível que tenhamos uma sociedade em que as pessoas não respeitam a saúde do vizinho, às vezes tem uma criança pequena, se a pessoa trabalha, seja de dia ou não; não tem horário pra questão dos excessos e o limite tem que ocorrer, seja de dia ou de noite. Não podemos permitir que, as pessoas ouçam coisas que o outro quer ouvir e na altura do som limite. Amanhã essas pessoas que ouvem sons altos, que são costumeiros, vão ser um problema de saúde pública e quem paga isso é a população. É uma questão de saúde pública, estão onerando os cofres públicos com problema de saúde,



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

que amanhã ou depois vão ter e por total desconhecimento desse problema, continuam fazendo essa prática do som alto. Seja em automóvel, seja em residência, você tem que respeitar o direito do outro. Como o senhor falou aqui, vereador Jorge Bocasanta, tem que ter o limite e outras coisas, também. Tem que ter limite e isso esperamos que vá acontecer com esse projeto. Recebi no meu gabinete diversas vezes, pessoas que vieram de bairros, chorando, pedindo interferência dessa Casa neste sentido. Chegaram a chorar ao pedir e quantas vezes esse vereador recebe ligações de pessoas que não conseguem dormir, por causa do som alto e a gente tem que buscar junto às autoridades uma solução, neste sentido. Minimizou um pouco mais após a audiência pública, a ação da Comissão de segurança, a ação do debate e espero que seja aprovado esse projeto. Esperamos também, que esse projeto seja sancionado embora talvez, mereça alguma emenda na questão do horário, porque acho que não tem tolerância; apenas após as 22 horas, pra som exagerado, é o dia todo. Se a pessoa quer ouvir som alto compre um fone de ouvido e estoure seu tímpano. Não precisa colocar música de atentado ao pudor, que desrespeita as famílias pra que todos ouçam. Também gosto de música, mas vou ouvir dentro do limite, que seja aceitável, que não seja letra pejorativa. Se a pessoa quer ser anarquista tem que procurar outro país, aí busca o anarquismo e viva sem limites e sem regras. Sociedade organizada tem que ter regras. Pode contar com esse vereador, acredito que com toda Comissão de Segurança pra que esse projeto tenha sucesso e que nós mudamos um pouco da realidade da cidade de Cascavel. Muito obrigado. (- Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti e na sequência Rui Capelão. – Vereador Jorge Menegatti: Romulo, parabéns pela ideia. Sabemos que esse assunto do som é delicado. Só tenho algumas preocupações, porque o projeto não fala só e somente de som de veículos, de ambulantes; fala também de som de construção civil e mais algumas coisas. Tem até alguns artigos que, tentamos discutir com os vereadores e não conseguimos entender muito bem. Temos por exemplo, o artigo 18 que diz: é proibida a utilização de dispositivos que produzam vibrações além do limite real da fonte poluidora. Isso no caso de construção civil. Se o senhor puder nos explicar agora ou depois da sessão, nós votaremos favoráveis; mas gostaríamos de conversar com o senhor depois, pra quem sabe explicar melhor ou fazer emenda amanhã, para que possamos corrigir de repente uma possível falha ou que possamos entender e contribuir sem colocar nenhuma ressalva. (- Um aparte) Ok. – Vereador Romulo Quintino: Nós estamos tratando da lei. É claro que ela acaba tratando de todas as situações, é uma lei que tem um estudo de 20 meses de estudo, então procuramos abranger todos os temas pertinentes a esse tema da poluição sonora. Temos várias leis que tratam dissociadamente de temas como contribuição civil, enfim os mais diversos, mas é claro que em havendo necessidade eu tenho certeza que no bom senso dos senhores vereadores, sugerindo alguma emenda, ela certamente será apreciada por todos os vereadores, porque vejo que todos os vereadores estão preocupados com esse tema. Então se Vossa Excelência achar necessário colocar alguma emenda, sugestão pra melhoria do projeto é claro que será discutido por todos



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

os demais vereadores, buscando é claro a sua preocupação que é o bem da população. A nossa preocupação também, é a mesma pra deixarmos esse projeto ainda melhor. Obrigado vereador. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado pela contribuição vereador Rômulo Quintino, vamos então conversar na sequência pra ver se a gente entende esse artigo ou se a gente faz alguma emenda pra mudar. Obrigado. – Presidente: Vereador Rui Capelão e na sequência, o vereador Professor Paulino com a palavra. – Vereador Rui Capelão: Entendi muito bem o projeto, a boa intenção do vereador Rômulo Quintino. Quero dizer que a princípio sou contrário a qualquer carro, em qualquer horário porque eles prejudicam. Você não sabe aquelas pessoas que trabalham à noite, você não sabe quando estão dormindo; portanto quando você está ou não atrapalhando o sono dessa pessoa. As coisas são individuais e não coletivas, quando atacamos o sossego público nós atacamos de forma individual por isso acho que qualquer carro de som deveria ser proibido, tanto de dia como de noite, por isso não concordo com determinadas coisas e no meu mandato passado, o vereador Mizael Pereira pedir pra aumentar o som que é de 85 decibéis pra cultos ao ar livre pra 90 decibéis. Foi aprovado, mas por que essa necessidade de fazer culto ao ar livre com 90 decibéis? Alguém você vai prejudicar com aquele culto alto; temos que ter muito cuidado, porque o nosso grande problema de poluição sonora está nos veículos, nas motos que andam com o escape aberto, os próprios carros de emergência que durante o dia causando poluição sonora, mas é uma poluição necessária. Não vejo necessidade de determinados carros de som que saem na rua pra fazer propaganda, qualquer empresa que quer fazer propaganda do seu produto pode fazer pela mídia, através de panfletos distribuídos nas casas, se diz que isso é poluição, mas acho que o sonoro é muito pior; portanto meu voto é favorável ao parecer. Não sou favorável ao projeto em si por essa razão, ser contrária a qualquer tipo de carro de som. Se formos olhar e querer reclamar de som que nos atrapalha e não vai ser a Polícia Militar que vai corrigir. Claro que quando é uma festa ao ar livre, que estão bebendo, fazendo bagunça, é diferente, mas aí já é festa, não é questão que podemos classificar numa lei sonora. Eu tenho grande prazer em dizer pra vocês que hoje, sou tão abençoado que nem preciso orar, porque tenho em frente minha casa uma Assembleia de Deus, do outro lado uma Universal e do outro lado está saindo outra igreja. Estou cercado de igreja, estão orando e acho que as orações estão me ajudando muito. Jamais vou reclamar do som dessas igrejas que estejam me perturbando, vou me preocupar se meu som, porque gosto do som meio alto das minhas músicas caipiras se tiver atrapalhando eles, eu quero que eles reclamem porque daí vou tomar um cuidado maior. Eu gosto de ver o som da igreja, pessoal cantando, isso acho bonito, mas na rua qualquer som: seja religioso, político, seja comercial, sempre vai prejudicar alguém por isso que não sou muito favorável a determinados carros. Obrigado presidente. – Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Somos favoráveis e já votamos favorável por conta do encaminhamento da Comissão, acho que em toda Legislação, neste caso vejo um excesso, se trabalhou muito, teve muitas sugestões e todas elas estão acolhidas no seu projeto. Parece-me que a única



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

preocupação que a gente tem é de, de repente, prejudicar o trabalho de pessoas que quando a loja faz uma propaganda isso não incomoda. O que incomoda é em relação a uma pessoa doente e a gente não sabe quando um vizinho está doente. Quando minha mãe estava muito doente, os vizinhos não sabiam que ela estava doente e tive que pedir que eles baixassem o som. Eu tive o dissabor das pessoas não entenderem que era motivo, não era que eu estava incomodado, eu até gosto de música, música sertaneja, mas tem momento que atrapalha, tem momentos que as pessoas não querem ouvir. E é o que você falou vereador, ninguém pergunta se gosto daquele tipo de música, o pior é o som estridente. Votamos favorável ao projeto e gostaria de estar discutindo sobre uma possibilidade que me preocupa também, com a pequena economia. Sabemos que têm várias empresas que vendem som, vários meninos nos bairros da cidade que encontram alternativa de trabalho, instalando som e eles fazem essa brincadeira. Em tudo temos que buscar uma alternativa, não basta aplicar multa, de repente ele não tem dinheiro pra pagar multa. Eu tenho essa preocupação, meu voto favorável hoje, mas amanhã gostaria de estar apresentando uma emenda pra gente encontrar uma solução aí... Entendo que deve ter um local, onde os meninos possam estar se reunindo e façam lá com garantia vigiada pelo poder público e com todas as garantias de saúde pra eles. (-Um aparte) Pois não vereador. – Vereador Nei H. Haveroth: Exatamente sobre isso estamos falando. Vemos em alguns municípios que incentivam essa prática de som alto colocando campeonatos, coisas assim, mas vejo como uma questão de saúde pública, porque por mais que seja distante, às vezes faz 5, 10 quilômetros longe e, o som repercute nos bairros próximos. Uma, que é um problema de saúde pública. Da minha parte não incentivo ninguém ouvir um som além do limite da capacidade biológica que ele tem na sensibilidade do ouvido. Sou totalmente contrário neste sentido, acho que não podemos dentro do projeto contemplar qualquer tipo de apoio a essas competições, porque ele vai lá fazer competições, mas retorna e quando retorna, já tomou cerveja vai entrar na garagem e ligar o som dele, pra perturbar o restante da vizinhança. Obrigado. – Vereador Professor Paulino: Por conta dos meus longos anos de lida com a juventude, não vejo nenhum senhor de cabelo branco fazendo som aí, raramente. Mas a juventude não basta dizer: não faça. Ele vai fazer, porque ele vai teimar, ele gosta, ele é por si, dessa forma. Eu acredito que é possível criarmos uma alternativa, pra não acabar com postos de trabalho; entendo nisso também, uma economia popular. Vejo que os jovens não só se divertem, mas inclusive a gente vê aí, o surgimento de alguns cientistas, pessoas que conseguem lidar muito bem com a física, no sentido de trabalhar a sonorização. Coisa que não consegui ainda. Mas acho legal e estímulo que a juventude possa desafiar. Acho que simplesmente cortar pra eles neste sentido... Vamos ainda discutir. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Aldonir Cabral. – Vereador Aldonir Cabral: Só queria fazer, primeiramente quero lhe parabenizar, vereador Rômulo Quintino pelo projeto. Dizer que sou favorável, mas tenho uma dúvida, você me falou em notificação, essa notificação chega à residência da pessoa? – Vereador Rômulo Quintino: No início do projeto... Por isso digo que estudamos bastante o projeto pra



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

incorrer no mínimo possível de erro e qualquer prejuízo. No início do projeto a ideia é que ele fosse lançado na matrícula do imóvel, mas surgiu o questionamento de se a casa fosse alugada, o prejuízo iria pra o dono da casa o que seria injusto, então trabalhando no sentido de ir pra o CPF de quem está residindo no local. – Vereador Aldonir Cabral: Minha dúvida é que geralmente é quem curte esse som de madrugada são adolescentes; então seria o CPF desse adolescente que receberá a multa? – Vereador Rômulo Quintino: O responsável legal. – Vereador Aldonir Cabral: Mas se o adolescente é “de menor” ele pode receber a multa sendo adolescente? – Vereador Romulo Quintino: Provavelmente ele vai estar em frente à residência, provavelmente vai ter um responsável legal e se ele estiver fora da residência ele deverá estar no veículo e aí a PM tem o poder pra recolher o veículo. – Vereador Aldonir Cabral: Geralmente quem está no veículo é “de maior”. É isso? Ok. Obrigado pela informação. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Eu queria, vereador Rômulo Quintino, antes de tudo, voltar ao parecer da Comissão de Justiça, não agora nesta nova etapa, mas na anterior quando eu fazia parte da Comissão. A Comissão na época, até quem foi relator foi o vereador Vanderlei, e tivemos o parecer recomendando parecer contrário de dois ilustres juristas, membros dessa Casa: o Dr. Gustavo e com a aprovação do procurador-geral Dr. Pascoal. E quanto ao projeto em si e eu o parabenizo pela preocupação, sempre ligado aos fatos importantes da nossa cidade. E entendemos que a questão do som, sabemos das constantes reclamações da comunidade. Agora tem outros artigos desse projeto que me preocupa, ressalto alguns como: o artigo 15, no inciso IV, onde está com a seguinte redação: que é proibido operar ou permitir operação de qualquer veículo motorizado ou qualquer equipamento atrelado ao veículo por mais de 30 minutos. Eu fico me questionando o seguinte: aqueles caminhões, por exemplo, que são utilizados na construção civil pra mandar material pra o 10º ou 11º andar, como funcionará? Também me preocupa a questão da vibração, já ressaltada pelo vereador Jorge, no artigo 18. Volta novamente minha preocupação na questão da construção civil, nossa cidade está em franco desenvolvimento e aqui proíbe serviço da construção civil entre 19 e 6 horas da manhã. Um exemplo: tem que se fundir uma laje e não pode parar e deu 19 horas; então há necessidade de que V. Excelência e sua equipe dê uma olhada em alguns artigos e acho que cabe algumas equipes. O projeto é bom, a preocupação é louvável na questão de som, mas tem outros itens, principalmente na prestação de serviço que me deixa dúvida quanto à execução desse projeto se tornando lei. Muito obrigado e conto com a compreensão do nobre vereador Rômulo. – Presidente: Em votação; o substitutivo 01 do projeto de lei nº 105/2014 que dispõe sobre diretrizes, critérios, controle, penalidades e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, Marcos Rios, Fernando Winter, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Rômulo Quintino, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Paulo Porto,



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) (Não houve voto contrário) – Secretário: Projeto aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovado em primeira votação o substitutivo 01 do Projeto de lei 105/2014 que dispõe sobre diretrizes, critérios, controle, penalidades e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 108/2014, que dispõe sobre a desafetação e autorização de alienação de bens públicos e dá outras providências, de autoria do executivo municipal; em discussão. O referido projeto de lei recebeu parecer contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo, na verdade em discussão o parecer contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Gostaria de antes de entrar em discussão o parecer, gostaria de fazer um encaminhamento de pedido de vistas a esse projeto por 6 sessões, adiamento desse projeto por 6 sessões, para que nós discutimos junto com as entidades que ali estavam com a concessão e pra que tenhamos um espaço de tempo pra conversar sobre esse termo administrativo que ficou de ser feito ou não. Nós temos claro que o melhor acompanhamento, tendo em vista que esse projeto chegou pra nós, na pauta ontem não deu tempo de nós conversarmos com as entidades que tem interesse nesse... (-Peço a palavra) – Presidente: Em discussão o pedido de adiamento do vereador Nei H. Haveroth por 6 sessões. Vereador João Paulo com a palavra. – Vereador João Paulo: gostaria que nós já deliberássemos nesta sessão, pra que não pudéssemos adiar por 6 sessões e deliberássemos, já neste dia esse projeto, então quero pedir a gentileza de todos os vereadores, pra que votem contra esse adiamento por 6 sessões. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Rômulo Quintino. – Vereador Rômulo Quintino: Com todo respeito com meu companheiro de partido, Nei H. Haveroth, dispensa palavras pra dizer o tamanho da admiração que temos pra com o senhor, mas gostaria de encaminhar junto com o vereador João Paulo e acredito que a maioria dos vereadores pelo menos os que nos procuraram e falaram sobre o assunto pra deliberarmos hoje, esse projeto. Esse projeto foi protocolado dia 13 de agosto de 2014, o clube tentou diversas vezes diálogo com o executivo e não houve sucesso. Eles têm uma série de contatos, ofícios, documentos feitos ao executivo, no sentido de resolver essa questão. Essa área já é resultado de uma permuta, com uma outra área que foi doada com fim específico do clube; então acho que precisamos cometer justiça com o pessoal que está aqui e, deliberar hoje. Voto contra seu pedido, vereador Nei H. Haveroth e cessarmos essa questão pra que eles possam levar a atividade adiante. (-Peço a palavra) – Presente: Com a palavra vereador, Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Presidente, vereadores; boa tarde a todos! Com todo respeito vereador Nei H. Haveroth, mas a discussão desse projeto já está esgotada. Há muito tempo temos discutido, inclusive com a entidade e não tem como e não tem como protelar; então temos que hoje, deliberar esse projeto. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Nós analisando os protocolos, contatos feitos, inclusive pelo vereador Paulo Porto com o



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

executivo e realmente, eu concordo com o vereador Nei H. Haveroth que existem dúvidas a respeito de algumas entidades que constam inclusive, na associação da cultura gaúcha que seriam os desgarrados, conta aqui no requerimento. Então precisaríamos, na realidade, nós estamos discutindo o projeto hoje, não estamos discutindo há muito tempo esse projeto; estamos discutindo hoje e entendo que com uma boa discussão, um bom diálogo, vamos fazer o melhor possível pra o clube Ultraleve, o Cuca Leve de Cascavel. Nós pedindo essa prorrogação de 6 sessões, imagino que teremos mais tempo pra conversar com o executivo e com o próprio público, Cuca Leve pra que nós identifiquemos quais entidades que esse imóvel será beneficiado. Foi mencionado aqui, que houve uma permuta de imóvel, não foi permuta, o imóvel que está no lago municipal pertence ao município, não foi feito na realidade a permuta, lá existia autorização pra uso desse terreno. Gostaria de acompanhar o voto do vereador Nei H. Haveroth e, pedir aos nobres pares para que dentro de 2 ou 3 semanas possamos deliberar sobre o projeto e beneficiar essa entidade, o Cuca leve. Peço voto favorável ao pedido de adiamento. Obrigado. – Presidente: Em votação o pedido de adiamento feito pelo vereador Nei H. Haveroth por 6 sessões do Projeto de lei nº 108/2014. Proceda votação nominal; senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaiteiro, Ganso Sem Limite, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Rui Capelão e Vanderlei Augusto da Silva). (Foram contrários os vereadores: Marcos Rios, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, João Paulo, Rômulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal, Paulo Porto e Waldir Severgnini) – Secretário: Com 11 votos contrários e 9 favoráveis pedido de adiamento prejudicado. – Presidente: Com 11 votos contrários e 9 favoráveis; pedido de adiamento prejudicado. Segue em discussão; o Projeto de lei nº 108/2014 de autoria do executivo municipal, que dispõe sobre a desafetação e autorização de alienação de bens públicos e dá outras providências; em discussão. – Vereador Paulo Porto: Peço a palavra pra defender o parecer contrário da Comissão de Viação e Obras Públicas. - Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Boa tarde a todos. Venho à tribuna pedir voto favorável ao parecer contrário ao Projeto 108, por motivo muito simples: o argumento do executivo ao pedir a reintegração da área carece de verdade. Vamos discutir o argumento do executivo. Segundo o executivo, o Clube Ultraleve Cuca legal não está no pleno uso da área, não utilizando e não fazendo sua função social, por isso a reintegração. Queria argumentar que o Clube não faz isso, porque até hoje lhe foi vedado, negado o termo administrativo pra poder utilizar e mais: há 5 anos o Clube vem denunciando que tem alguém plantando soja na área pública e com a completa omissão do município, sabedor desse fato. Diante dessa denúncia grave, eu e o Jorge Menegatti, fizemos o requerimento pra o executivo questionando essas informações, requerimento nº 185, perguntando: 1. por que não foi concedido o termo administrativo? 2. qual a foi a providência tomada após saber no ofício de 2010, que temos em mãos, protocolado pelo clube, de que há gente plantando na área pública e nada foi feito? 3. se foi feita alguma coisa, o que está sendo feito pra garantir a



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

desocupação de área pública? 4. quem está plantando na área pública? 5. se o município pensa em vender o terreno, qual o valor? Resposta do executivo a primeira pergunta: por que não foi concedido o termo administrativo? Não foi localizado no patrimônio público o termo administrativo. Simplesmente não existe, ou seja, não respondeu por que não foi dado. Segunda pergunta: a partir do protocolo que em 2010 denuncia a ocupação ilegal da área, temos o ofício aqui de 2010 e a resposta do executivo: o protocolo em questão tem cargo no gabinete do prefeito, porém não foi recebido por essa secretaria. Sumiu. O protocolo foi acusado pelo gabinete, porém desapareceu. Na mesma pergunta: o que foi feito do protocolo de 2014, ofício onde se pede o termo administrativo? Foi indeferido e arquivado, mas não dá o motivo. Terceira pergunta: conforme o ofício protocolar em 2010, onde pede a desocupação protocolar em 2010, onde pede a desocupação da área por terceiros e denuncia; o que foi feito neste sentido? A resposta do executivo: esse ofício não passou pelo patrimônio imobiliário; portanto não existe, não temos conhecimento dele. Sumiu de novo. Quarta pergunta: informe se a área continua sendo cultivada por essa pessoa e o nome do responsável e a resposta do executivo: em abril de 2014 foi realizada vistoria no lote 104, da Fazenda Piquiri, pelos engenheiros: Rafael e Maikon e constataram que realmente a área está sendo cultivada, mas infelizmente não conseguiram contato com o responsável. Queriam encontrar ele plantando? Identificaram o problema e aparentemente não resolveram. Por fim, informe o valor de mercado dessa área e a resposta: referente ao valor de mercado do imóvel, sugerimos que seja consultada a Comissão de Avaliação. Não responderam. Diante do conjunto da obra de perguntas não respondidas, de uma omissão seríssima do executivo, que desde 2010 sabia que tinha gente plantando em área pública, que no meu entendimento beira improbidade, peço voto favorável ao parecer contrário. Conto com essa Casa pra investigar essas denúncias que são graves; afinal o próprio executivo está afirmando que há 4 anos, agora 5 anos sabia de plantação de soja na área que vocês estão tentando ocupar e até hoje não fez nada. A questão é quem está plantando? Há omissão do executivo ou não? Se há omissão, entendo que existe um caso que beira improbidade. Pelo conjunto da obra, peço voto favorável ao parecer contrário. Muito obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Me preocupa o seguinte: a partir do momento que fica legal o Ultraleve foi dado como proprietário da terra, por que não entraram na justiça pra tirar o cara que está plantando soja? O caso maior de justiça, porque a partir do momento que se doa um terreno pra alguém, quem tem que fazer o valor desse terreno seria o Ultraleve. Não foi dado o termo? Então, não sei. Eu entendo que a partir que é doado um terreno pra alguém esse terreno é de responsabilidade de quem recebeu; então por isso me surpreende porque alguém plantando soja e não tem nada de novidade. Uma coisa estranha; então as leis nossas aqui não têm valor nenhum. Tem que rasgar isso aqui, fechar essa bodega, porque a partir do momento, senhor presidente, meu amigo Aníbal Cury, pela sua inteligência não pela sua gordura, eu digo assim: então essas leis que votamos não têm valor nenhum, porque a partir do momento que se desafeta, se doa



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pra alguém, esse alguém tem que ir lá, tomar posse e cuidar, fazer o que tem que ser feito no seu requerimento, um campo de futebol, uma igreja, qualquer coisa. Se não tomaram de fato a posse, deveriam ter entrado na justiça ou tivesse vindo aqui na Câmara de Vereadores antes, pra fazermos alguma coisa. Esse negócio de improbidade administrativa que o Paulo Porto fala, é alguma coisa diferente, o prefeito fala: Não tenho nada a ver com isso. Quem tem de fato a posse é o Ultraleve, pela lei aqui. Essa lei está vindo pra cá é pra gente revogar a lei anterior, que dava direito à posse. – Vereador Fernando Winter: Só pra responder, Jorge Bocasanta, o lote 104 A Fazenda Piquiri, foi doado, feita a concessão no governo Lísias Tomé, em 2008, porém a prefeitura não deu o termo administrativo que faz a legalização, pra que a associação do Ultraleve legalizasse essa propriedade e eles têm procurado desde essa época, procurado a prefeitura, pra que conseguisse a tal documentação e não conseguiram, por isso está essa situação, mas a entidade nos procurou e é do interesse deles fazer uma pista de ultraleve naquela localidade, mas como foi falado pelo Paulo Porto essa área está sendo plantada. Só pedi a palavra pra dar melhores explicações. – Vereador Rui Capelão: Obrigado vereador, só queria fazer uma colocação, nesse sentido, não seria a ata dessa sessão aprovando o ato do prefeito que eles poderiam entrar na área, tem que ter um documento administrativo pra eles tomarem a posse. Não houve esse documento administrativo, não queremos ir atrás, na falha de quem, falha de qualquer pessoa. Acho que temos que resolver a situação de ambas as partes, pra que ninguém saia prejudicado. Acho que a área tem que ficar com as pessoas que receberam o direito, e que eles usem a área; se a prefeitura mandar que quem plantou a soja lá que tire a soja e entregue a área pra eles que tire a soja e pronto. – Vereador Jorge Bocasanta: Na realidade o seguinte, por isso quando o Nei pediu assim 4, 5 sessões, na realidade, nunca fiquei sabendo desse projeto. Fiquei sabendo essa semana, mas acho estranho assim que a partir do momento que se dá autorização pra dar pra uma entidade algum terreno, essa entidade automaticamente já toma posse ou via judicial ou via legal, na prefeitura. – Vereador Rômulo Quintino: Como muito bem disse aqui o vereador Paulo Porto sobre que fazia parte da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo, a Comissão fez um trabalho de investigação no sentido de ter realmente a condição de emitir um parecer técnico, amplo, com conhecimento específico e orientar essa Casa, no que diz respeito a como votar e deu parecer contrário ao projeto. Então quero deixar aos senhores vereadores, encaminhamento de observação do parecer contrário da Comissão e votando a favor do parecer contrário, eliminando a questão. Vereador Bocasanta e Rui Capelão também e ao pessoal do Clube do Ultraleve que está aqui; acho que estamos com um precedente, um precedente que vai tratar de todas as questões que dizem respeito a esse tema de concessão. A lei foi proposta na Casa, foi aprovada, sancionada pelo executivo ainda em 2008. Uma vez sancionada, publicada a lei está valendo, tem-se o entendimento que necessita de um termo de posse e é esse termo de posse que o Clube está através do ofício, requerendo por muitas vezes e até o presente momento, não teve esse termo de posse. O Executivo Municipal mandou em agosto um projeto pra cá, dizendo que o clube não tinha



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

interesse na área, porque não foi usada a área; sendo que a lei tinha sido aprovada, sancionada e colocada em prática. O executivo entendeu que a sanção da lei, já era autorização pra ser usado o terreno; então acho que cessa a questão a partir de agora. Foi isso que colocaram documentalmente no projeto de lei, que vocês não usaram a área e por isso, eles estão pedindo de volta; então subentende-se tacitamente que o executivo está cobrando o porquê vocês não usaram. Então a partir do momento agora, que for aprovado, sancionado uma lei, está subentendido dentro desse precedente, dentro do Executivo, que a área pode ser usada imediatamente, inclusive claro, após a resolução desse projeto de lei; entendo que o grupo Ultraleve poderá fazer as consultas necessárias e utilizar a área uma vez que está no entendimento do Executivo autorizado, e apenas não foi usado. – Vereador Jorge Bocasanta: O que deveria ter feito? Nós estamos há 2 anos aqui e o Clube Ultraleve nunca veio; porque nós somos órgão fiscalizador. Vou votar contra o projeto e a favor de vocês, mas que fique assim: que na próxima vez venha até nós, porque estamos aqui pra defender. Muito obrigado. – Vereador Rômulo Quintino: Era isso vereadores. Apenas da minha parte, encaminho voto favorável ao parecer da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo. – Vereador Fernando Winter: Boa tarde a todos. Vou narrar aqui, alguns fatos que a Comissão tem acompanhado, desde o início desse imbróglio, na questão desse terreno aqui. Passados todos os trâmites, a aprovação junto à Câmara Municipal, foi sancionada e publicada a lei 5.090, no ano de 2008. Imediatamente passamos a solicitar a demarcação topográfica dos limites; a desocupação do terceiro que possui atividades agrícolas no local e o trâmite de documentação necessária pra mudança. Consta no artigo 2, da lei 5090, o seguinte: *a presente concessão de uso será regulamentada quando da assinatura do termo administrativo, a ser firmado após a publicação da presente lei.* Vou ler novamente, para que os nobres pares prestem atenção: *a presente concessão de uso será regulamentada quando da assinatura do termo administrativo, a ser firmado após a publicação da presente lei. Esse termo administrativo nunca nos foi fornecido e assinado, bem como cópia da lei 5.090. No decorrer dos anos, após a publicação da lei 5.090, temos insistentemente solicitado sem êxito tais documentações, para que possamos alterar nossos registros junto aos órgãos competentes. Esperançosos mesmo e sem o fornecimento das documentações legais que são também, prometidas de forma persistente diante de todas as reuniões e solicitações protocoladas junto à prefeitura municipal de Cascavel, mantemos visita constante ao local, tanto que tramitamos junto a Copel o deslocamento da rede de distribuição de energia elétrica. Pra finalizar, nobres pares, o município de Cascavel não cumpriu com a lei de concessão de uso, pois deveria assinar o termo administrativo que regulamenta a concessão. Somente com a assinatura do termo administrativo é que o clube poderia providenciar a documentação junto aos órgãos competentes. O termo não foi assinado, sendo assim o executivo não pode alegar inércia do clube. O Executivo na mensagem da lei alega que a área é inaproveitável para o município; neste caso não vejo justificativa, pra revogar a concessão. A entidade tem a intenção de utilização da área, sendo que em 2010, requereu ao Executivo a*



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

demarcação da área, a desocupação do terceiro lote, 104ª, Fazenda Piquiri. O lote encontra-se situado em perímetro rural, portanto não tem finalidade urbana prevista no uso do solo. Entendemos que, a implantação total das atividades do clube só não foi efetivada, porque o executivo não entregou todos os documentos necessários pra liberação da pista de voo. Por isso meu voto é contrário ao projeto e favorável ao parecer. – Vereador Jorge Menegatti: Esclarecendo um pouco desse projeto 108. O parecer 586/2014, nós demoramos 90 dias pra emitir esse parecer. Tivemos umas 4 ou 5 reuniões, com esse assunto na mesa de discussões. Estávamos na Comissão, eu, vereador Fernando Winter e vereador Paulo Bebber que estava afastado; por isso do voto sempre contrário desse vereador e favorável do Fernando Winter. Tivemos muitas discussões, pedimos vários documentos. O vereador Fernando Winter nos ajudou nesta parte, solicitando com o presidente da Comissão os documentos à prefeitura pra gente conseguir esclarecer esse fato, depois veio o vereador Paulo Bebber pra Comissão e nos ajudou também, a esclarecer um pouco mais. Tanto que o meu, como relator do parecer está muito bem embasado, se os senhores estiverem com o parecer em mãos, vão ver todos os detalhes, de ofícios e requerimentos que estão colocados neste parecer. Não sabíamos até então que a área estava sendo plantada, mas posteriormente descobrimos que a área tinha plantio de soja e de milho no decorrer do tempo em cima; então encaminhamos ofício à prefeitura e voltou aquilo que o companheiro Paulo Porto já leu e explicou. O nosso requerimento foi feito por mim e pelo Paulo Porto; não vou ler o parecer devido ao tempo, mas gostaria que os senhores olhassem e quero pedir voto favorável dos senhores no parecer contrário pra que se faça justiça e que essa área fique com as pessoas que estão interessadas e que vão utilizar a área. Sabemos que teve erro da prefeitura, mas não vamos cometer outro erro, tirando a área deles. Conto com voto favorável ao parecer. – Vereador Nei H. Haveroth: Vou me pronunciar sobre o parecer, porque talvez não tenha oportunidade de falar na discussão do projeto; até pra justificar meu pedido de adiamento desse projeto junto aos representantes da entidade que estão aqui presentes. Primeiro, parabenizar as Comissões por terem feito um trabalho de busca de informações, porque não foi do conhecimento nosso, que estamos tendo esse conhecimento hoje, do trabalho que as Comissões fizeram. Por isso meu entendimento de termos o adiamento e casos como esse da entidade e que a gente tem conhecimento e acompanha nos Conselhos, existem vários que as entidade às vezes ocupam e até mesmo da entidade dos Desgarrados, que eu que participo da cultura gaúcha, não conheço a entidade. Até buscamos o CNPJ dela, mas não conseguimos localizar. Por isso gostaria de ouvir a entidade pessoalmente, pra conversarmos e buscar uma solução. Claro que o vereador Jorge Bocasanta fala que estamos sempre abertos a buscar uma solução, estamos sempre à disposição pra contribuir; nos colocamos à disposição da entidade pra ajudar no que for possível, mas neste momento tenho que tomar uma decisão em cima do conhecimento que tenho a respeito do andamento do projeto. Então pra justificar e até mesmo parabenizar as Comissões pelo trabalho que fizeram, porém acho que o mérito do projeto merecia um



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

prolongamento do estudo. Obrigado. - Presidente: Em votação; o parecer contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo ao Projeto de lei nº 108/2014, de autoria do executivo municipal, que dispõe sobre a desafetação e autorização de alienação de bens públicos e dá outras providências. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Jorge Bocasanta, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Jaime Vasatta, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Walmir Severgnini e Vanderlei Augusto da Silva) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Cláudio Gaiteiro e Luiz Frare) – Secretário: Parecer contrário da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo, aprovado com 3 votos contrários e 17 favoráveis. – Presidente: Com 13 votos contrários e 17 favoráveis o parecer contrário da comissão de viação, obras públicas e urbanismo, aprovado. Dessa maneira declaro arquivado o Projeto de lei nº 108/2014, que dispõe sobre a desafetação e autorização de alienação de bens públicos e dá outras providências. Em primeira votação e discussão o projeto de lei nº 122; que dispõe sobre a revogação da lei 6318 de 12/02/2014 de autoria do Executivo Municipal; em discussão. Em havendo parecer contrário da Comissão de Saúde e Assistência Social ao referido projeto, coloco em discussão o parecer contrário. (-Peço a palavra) Com a palavra, vereador João Paulo. – Vereador João Paulo: Na verdade, havíamos dado o parecer contrário da Comissão de Saúde devido um documento que faltava do município, mas já está incluso; então gostaria que até o parecer embora seja da Comissão, possa ser derrubado; afinal de contas foi concluído. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Na realidade, a lei 6.318 que deu pra o Estado essa parceria, deu prazo de 2 anos. Dois anos pra ser feito Cetrad; então hoje, 2 anos, 12 de fevereiro pra 3 de fevereiro não deu 2 anos. Estão inaugurando hoje, se não me engano. Na realidade, estava dentro do prazo pra ser construído e o governo quer retirar, o governo municipal. Então não entendo, ou a gente faz a lei e ele está tentando revogar aqui, eles não cumpriram não sei o quê, mas estão inaugurando hoje e a lei fala aqui que são 2 anos de prazo: 12/02/2014 pra 2015 não dá nem um ano; então por isso nosso parecer. – Vereador Luiz Frare: Você tem em mãos o ofício nº 180/2014? Então vou ler pra você. O ofício 180/2014 do gabinete da Secretaria de Planejamento ao secretário de saúde, Michele Caputo Neto, diz o seguinte: *dessa forma remetemos a questão para conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde e não havendo objeção, no prazo de 30 dias contados do recebimento deste, encaminharemos proposta legislativa pra revogação da lei nº tal.* Isso foi protocolado na Secretaria de Saúde, dia 07/08/2014, portanto, o município em verificando que não havia necessidade de passar pra o Estado a administração está assumindo a administração e deu prazo de 30 dias pra o Estado se beneficiar. O Estado não se pronunciou e o município está requerendo a revogação da lei. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, quem vai cuidar o Cetrad? – Vereador Luiz Frare: O município de Cascavel com recursos do Estado e do governo Federal. – Vereador Jorge Bocasanta: Nós estamos tirando o ônus do governo do



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Estado e assumindo 25 municípios lindeiros? – Vereador Luiz Frare: O que tem lá são 80 vagas, 40 do município de Cascavel e 40 do Estado. Essas vagas do Estado serão subsidiadas e suportadas financeiramente pelo Estado e União, e a administração é do município de Cascavel; porque o imóvel é do município. – Vereador Jorge Bocasanta: Quero só fazer um complemento, que é a mesma coisa que aconteceu com o Samu, que o Edgar Bueno está abrindo as pernas, que não está aguentando arcar com o Samu e, é verdade. E vai assumir mais uma coisa que é do Estado pra o Município; deixa o Estado tocar isso aí. Eu continuo dizendo o seguinte: aquilo tem que ficar pra o Estado, mesmo porque é função do estado; nós somos obrigados atender a área básica. – Vereador Jorge Menegatti: Esse assunto também, passou pela Comissão de Obras Públicas com a presidência do Fernando Winter e com a colaboração do Paulo Porto. Nós até constamos o porquê da revogação e entendemos no dia que, quando era Cetrad necessitava o órgão estar à disposição do Estado. Quando mudou esse convênio que virou Sim Paraná, não tem mais necessidade desse imóvel estar sob a concessão do Estado, por isso fica no município e essa lei independe do convênio que tem e quem vai bancar ou não vai bancar. Quem vai mandar verba pra o Sim funcionar é o governo estadual, governo federal, mas aqui é somente o imóvel que estava dando concessão ao Estado; então não tem mais a necessidade de ter a concessão pra o Estado pra funcionar o Sim Paraná; o Cetrad tinha necessidade. Não sei se fui claro, se precisar, estarei à disposição pra maiores esclarecimentos. Obrigado. – Presidente: Em votação o parecer contrário da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de lei nº 122/2014; proceda votação nominal, senhor secretário. (Não houve voto favorável) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Ganso sem limite, Celso Dal Molin, Fernando Winter, João Paulo, Jorge Bocasanta, Jaime Vasatta, Robertinho Magalhães, Rômulo Quintino, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Walmir Severgnini, Vanderlei Augusto da Silva, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Cláudio Gaitheiro e Luiz Frare) – Secretário: Parecer contrário prejudicado, pela totalidade dos senhores vereadores. – Presidente: Com voto contrário de todos os senhores vereadores, o parecer contrário da Comissão de Saúde e Assistência Social ao Projeto de lei nº 122/2014 está prejudicado. Dessa maneira, passamos à discussão do Projeto de lei nº 122/2014; em discussão. Em votação; o Projeto de lei nº 122/2014 que dispõe sobre a revogação da lei 6318 de 12/02/2014, de autoria do Executivo municipal. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em única discussão e votação a emenda 01 do Projeto de lei nº 154/2014, que dispõe sobre os vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara municipal de Cascavel sobre os valores das funções gratificadas e de confiança e dá outras providências; em discussão. Em votação a emenda 01 do Projeto de lei nº 154/2014, que dispõe sobre os vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Cascavel sobre os valores das funções gratificadas e de confiança e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão os que forem contrários que



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

se manifestem. Com o voto contrário do vereador Jorge Bocasanta que peço que se registre, a emenda 01 aprovada pelo restante dos senhores vereadores. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei ordinária lei nº 154/2014; que dispõe sobre os vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Cascavel sobre os valores das funções gratificadas e de confiança e dá outras providências, de autoria da mesa diretora; em discussão. Em segunda votação; o Projeto de lei ordinária lei nº 154/2014 que dispõe sobre os vencimentos dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Cascavel sobre os valores das funções gratificadas e de confiança e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Com o voto contrário do vereador Jorge Bocasanta, Projeto de lei aprovado em segunda votação. Em única discussão e votação a emenda 01 do Projeto de resolução nº 16/2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional e o plano de carreira, cargos e vencimentos da Câmara Municipal de Cascavel do Estado do Paraná, da mesa diretora; em discussão. Em votação; a emenda 01 do Projeto de resolução nº 16/2014 que dispõe sobre a estrutura organizacional e o plano de carreira, cargos e vencimentos da Câmara Municipal de Cascavel. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Registrando o voto contrário do vereador Jorge Bocasanta, aprovada a emenda 01 do Projeto de resolução nº 16/2014. Em segunda discussão e votação; o Projeto de resolução nº 16/2014 que dispõe sobre a estrutura organizacional e o plano de carreira, cargos e vencimentos da Câmara municipal de Cascavel, da mesa diretora; em discussão. Em segunda votação o Projeto de resolução nº 16/2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional e o plano de carreira, cargos e vencimentos da Câmara municipal de Cascavel. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os que forem contrários que se manifestem. Registrando o voto contrário do vereador Jorge Bocasanta; aprovado em segunda votação o Projeto de resolução nº 16/2014. Passamos pra deliberação dos requerimentos. Requerimento 02/2015 de autoria do vereador Celso Dal Molin, que requer à diretoria da Companhia Paranaense de Energia - Copel S/A informações a respeito da possibilidade de fornecimento de energia elétrica, na forma que especifica. Requerimento 03/2015 de autoria do vereador Celso Dal Molin, que requer à diretoria da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar informações a respeito da possibilidade de fornecimento de água tratada (Saneamento básico) na forma que especifica. Requerimento 04/2015 de autoria do vereador João Paulo de Lima, que requer que seja enviado à Secretaria de Planejamento - Seplan para que seja realizado estudos para alargamento da rua Itália, bairro Jardim Nova Itália, na forma que especifica. Pergunto aos senhores vereadores: se há consenso nos requerimentos. Em havendo consenso, estão aprovados os requerimentos 03, 04 e 05 de 2014. Finda que está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público, sendo o primeiro inscrito o vereador João Paulo e, na sequência vereador Rui Capelão, vereador Paulo Porto, vereador Professor Paulino e vereador



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Luiz Frare. – Vereador Ganso sem limite: Peço licença pra ir ao médico. – Presidente: Concedida, vereador Ganso sem limite. - Vereador João Paulo: Senhor presidente, senhores vereadores, venho novamente a essa tribuna parabenizar toda diretoria do Show Rural Copavel, já na sua 27ª edição. Parabenizar a diretoria, colabores e também a pessoa do Sr. Divo Grolli, dizer que é um verdadeiro show de tecnologia nacional e mundial, além de sacudir toda economia do município na maioria dos setores. Aqui, quero ressaltar que hoje pela manhã estivemos no Show Rural, assim como domingo, no início e quando teve a celebração da missa, as autoridades, as pessoas que iriam iniciar o evento e dizer que o que ainda falta não só no Show Rural como na cidade de Cascavel: é o compromisso das operadoras de telefone, nesta cidade. Garanto que aqui, não só falando com os senhores vereadores, mas às pessoas que estão acompanhando através da TV Câmara e também, às pessoas que estão aqui na assistência e dizer que: essas operadoras estão de brincadeira com a população, não só de Cascavel, mas a nível nacional; mas precisamos resolver a situação de Cascavel. Vamos entrar nesta briga, pra que não venha supervisor igual veio ano passado, quando solicitamos aqui por essa Câmara. Veio um representante da Tim, que veio pra encher linguiça, dizer que: na verdade não tem como ficar aguentando essa situação. O Show Rural que leva o nome dessa cidade, não só a nível nacional, mas internacional e, as pessoas não poderem usar o telefone num Show fantástico como esse e que vem pessoas de todos os lugares. Impossível, você falar no telefone celular no evento do Show Rural Cascavel e dizer que: isso é um detalhe lá dentro do Show Rural, mas quantas pessoas acabam fazendo sua ligação, quando começa a falar e acaba caindo e isso não é não é só com uma operadora, são várias operadoras, que estão no município de Cascavel e que levam o dinheiro dos munícipes e não prestam serviço adequado. Dizer aqui, ressaltar esse grande Show de tecnologia desenvolvido pela Coopavel, mas deixar nossa indignação com as operadoras de telefone, que fazem o que querem. Dizer que já apresentamos aqui, os novos nomes da Comissão de Defesa do Consumidor juntamente com o Celso Dal Molin e Jorge Bocasanta e vamos atrás dos grandões e que nunca aparecem no município de Cascavel e só levam o dinheiro do povo. E só apenas com uma carga, quando você faz a recarga do telefone só aparece lá que está no limite novamente; essas operadoras terão que vir aqui e dar explicações não somente aos vereadores, mas à população de Cascavel que necessita usar o telefone. Imagino as pessoas do interior que necessitam ligar pra o Samu ou Siate, dizendo que tem alguma pessoa da família necessitando que vá esse serviço de urgência e emergência no interior; só se subir no pinheiro. Nos próximos dias, chamaremos esse pessoal aqui, pra que possam dar prestação de serviço e esclarecimento à sociedade cascavelense. – Vereador Nei H. Haveroth: Gostaria de sugerir que fizéssemos, se não me engano tem uma CPI da Telefonía do Paraná e buscarmos quais os resultados alcançados com essa CPI que está há muitos anos correndo, pra que em cima dos problemas levantados pela CPI a gente possa buscar alguma solução pra os problema que temos na região, aqui. Obrigado. – Vereador João Paulo: Agradeço, e dizer a V. Excelência, que nos próximos



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

dias isso vai acontecer na cidade de Cascavel. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Dado o bastante adiantado do nosso tempo, vou dispensar hoje. – Presidente: Agradeço a compreensão. Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Boa tarde a todos, em especial ao presidente, que tenha uma boa gestão, boa sorte e conte com esse mandato. Há um ano, estive nesta tribuna, fazendo duras críticas ao transporte escolar rural, em especial à Empresa RF de Oliveira que há um ano atrás, na vistoria da Cettrans que sempre acontece em fevereiro, teve 85% da frota reprovada. Ontem, como de praxe participamos da vistoria e dos 85 veículos vistoriados da Transtur e RF de Oliveira, apenas 4 foram reprovados; apenas 1 da RF de Oliveira. Isso indica algumas coisas, primeiro: que a fiscalização vem dando certo, nosso esforço contínuo de fiscalizar o transporte escolar rural vem tendo resposta das empresas. Segundo, se as empresas estão conseguindo readequar e garantir o mínimo de qualidade, aparentemente estão; infelizmente não pode se dizer o mesmo da outra contrapartida que é o caso do município. Conversando com mais de 45 motoristas de ônibus, todos foram unânimes em afirmar que as estradas rurais estão, boa parte delas, em péssimo estado inviabilizando às vezes o transporte dos alunos, especialmente, o do Gramadinho, 1º de Maio, Jangada Taborda e Rio do Salto. Queria deixar claro que, a fiscalização tem funcionado e destacar esse novo dado das empresas, quando é pra criticar, criticamos, quando é pra reconhecer, reconhecemos. Deixar claro que o foco desse mandato, além de seguir fiscalizando as empresas passa a ser cada vez mais fiscalizar e garantir uma boa qualidade das estradas rurais o que não vem acontecendo. Semana que vem iremos aos locais apontados pelos motoristas, pra estar comprovando os problemas indicados e conto com os vereadores pra que de forma coletiva nós cobremos de maneira rigorosa o secretário de obras pra que faça seu papel, ou seja, garanta qualidade nas estradas rurais, tanto pra o proprietário pra escoamento da produção como pra garantir que o ano letivo dessas crianças não seja um pesadelo, como vem senão rotineiramente nesta cidade. Era isso. Obrigado. – Presidente: Com a palavra, Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Nosso cumprimento a todos, em especial a nova mesa diretora. Que a gente possa expressar aí, que esse espaço esteja sempre aberto e que seja sempre democrático. Agradecer a Deus por estarmos ocupando novamente após um ano, quando fizemos nossa estreia aqui, quando na ocasião o Paulo Porto, nosso companheiro, se licenciou pra descansar um pouco e por uma questão própria dele fazer o exercício de alguns companheiros, foi o caso ocupamos aqui, esse espaço por 28 dias. Estamos de volta e agora dessa vez em definitivo, por 2 anos. Evidentemente, motivo de satisfação e sabemos da responsabilidade que temos de poder acompanhar todo debate e fazer, como diria meu pai, fazer bonito, ele dizia: tudo que merece ser feito, merece ser bem feito. Estamos nos colocando como mais um soldado, como servidor público nesta Câmara, não superior; temos a função do cargo, mas como servidor aqui que se coloca a inteira disposição pra fazer o melhor pra Cascavel. Evidentemente, na função de vereador conferir, o que é o vereador? Aquele que vai verificar, fiscalizar, aquele que tem mais



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

condição de fiscalizar; embora entendamos que todo cidadão do município tem também essa prerrogativa de dizer: tal serviço não está sendo prestado, tal serviço não foi ofertado, enfim possa estar evidentemente cobrando. Agora nós sabemos que enquanto vereador é uma atribuição exclusiva pra nós, de fazermos isso e evidentemente é o que pretendemos fazer e, na medida do possível estar propondo projetos de lei pra favorecer a população e evidentemente que a gente também, quer contar com a colaboração, debate dos nobres companheiros e colegas, enfim, dos nobres vereadores que aí estão. Da minha parte não pretendo me alongar muito, mas é um momento que preciso estar compartilhando com os senhores, com a plenária que está aqui neste momento. Não é das melhores a situação e eu gostaria de estar hoje, dizendo: que bom que nós professores do Paraná estamos essa semana planejando o que vamos fazer pra esse ano, pra melhorar a qualidade de ensino dos nossos alunos. Vocês devem estar acompanhando de que forma está sendo tratada a educação pública do Estado do Paraná. Nós não estamos no início de um governo, estamos na sequência de um governo que foi reeleito, com propostas pra fazer uma educação melhor do a que estava sendo ofertada nos últimos anos e que não foi das melhores, pois tivemos uma baixa no Ideb e nós comparamos um ano com o outro, não um Estado com o outro, ou município com outro. Tivemos infelizmente dados que no Estado do Paraná tivemos uma baixa no índice, uma redução, decréscimo. Nós ficamos tristes, porque é nosso trabalho que está sendo avaliado. É importante dizer que a educação não se avalia somente a aula do professor, o trabalho do funcionário, se avalia toda estrutura, toda condição que é oferecida pra que esses trabalhadores possam de forma digna oferecer o melhor pra nossa juventude. Muito se fala nas campanhas, até na minha, “vamos prestar muita atenção na educação. A educação é o carro chefe do nosso mandato, será.” A gente ouve isso do Executivo, do Legislativo, enfim, a educação é o futuro do nosso município, do nosso estado, enfim e infelizmente vejo o que está acontecendo. Hoje, encontramos professores e funcionários tristes porque perderam o emprego. Da forma que o governo está propondo, redução de 30%, não tem critério, 30% tem que cair, 30% tem que ficar fora, daqueles que eram contratados PSS; muito triste! E a pergunta: o que fiz de errado? - Pergunta o professor, o funcionário. Eu me esforcei, fiz o que era possível, vou ficar fora. Mas é só um momento, é momentâneo. Momentâneo de que jeito? Além do mais que tiveram esses mesmos professores ditos PSS, que são contratos precários, tiveram o salário do mês de dezembro que não receberam. Receberam esse ano depois de protestos no Legislativo, na posse do governador..e agora recebem a triste notícia. Eu também estou sem minhas férias, não foi pago as férias dos que trabalharam. O que o governo está dizendo? Está otimizando, otimizando o quê? Recuso público que teoricamente já pagamos, nossos impostos; não tem caixa por quê? Teoricamente, já pagamos nossos impostos; tem caixa pra isso e não paga por quê? Na verdade teria que ter, me parece que na prática não tem o caixa, é importante falarmos aqui, que caixa o governo precisa fazer? Ele precisa montar um caixa, construir um superávit pra mostrar aos organismos internacionais que o Estado tem uma reserva financeira pra poder



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

financiar. Daqui uns dias ele aparece fazendo obras, tudo mais, conseguiu financiamento. E até a mania, uma coisa chata, ficar responsabilizando os outros, responsabiliza o governo federal por aquilo que ele não praticou, gastou demais e agora não consegue pagar as contas. E dizendo mais, eu até peguei o jornal que me registraram que eu passei no Pac Veneza, mas não foi lá que eu passei; eu passei na Upa do Brasília, passei ali porque o SAS tem mais de 4 meses que o governo não paga o Hospital Salete que é o responsável pelo nosso atendimento. Minha esposa ficou doente e eu não tinha dinheiro pra pagar, tive que recorrer à Upa, fui bem atendido embora algumas horas de espera, o que é natural. Gente, um médico só, muito difícil. Só pra concluir dizer o seguinte: o ano letivo desse ano provavelmente não inicie dia 9, como deveria; provavelmente os professores e funcionários deverão estar em greve e nós sempre dizemos: lamentamos muito, porque quem paga, não é o professor, não é funcionário, nós somos contratados; quem mais sofre com isso são os que mais necessitam: usuários das escolas públicas. – Presidente: Vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Visto o adiantado da hora vou abrir mão da palavra. – Presidente: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e onze minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**GUGU BUENO**

Presidente

**ROMULO QUINTINO**

1º Secretário